

# COBRAV

COMISSÃO BRASILEIRA DE ARBITRAGEM DE VOLEIBOL  
**REGULAMENTO – 2021/2024**



## CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

**Art. 1º** A **COMISSÃO BRASILEIRA DE ARBITRAGEM DE VOLEIBOL - COBRAV** - tem por objetivo, **regulamentar, padronizar e desenvolver** a arbitragem do Voleibol no Brasil.

**Parágrafo Único** - Como órgão da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL - CBV**, é encarregada de deliberar sobre todos os assuntos referentes ao cumprimento das **REGRAS OFICIAIS** e dos Regulamentos que regem a atividade da arbitragem do **Voleibol de Quadra e do Voleibol de Praia**.

**Art. 2º** A COBRAV é um órgão de assessoria direta à Presidência da CBV, com todas as deliberações submetidas, a sua aprovação.

**Art. 3º** A COBRAV se reúne ordinariamente uma vez por ano e de forma extraordinária, quando se fizer necessário, com todos os seus membros em local designado pela CBV.

**Parágrafo único** Pela participação nas reuniões ou em qualquer atividade supervisionada pela COBRAV, cada Membro tem direito ao recebimento de diárias pagas pela CBV (equivalentes à coordenação de arbitragem de Campeonatos Brasileiros de Seleções) e também ao ressarcimento das despesas de deslocamento e hospedagem, quando necessário.

**Art. 4º** Uma vez aprovadas pelo Presidente da CBV, as decisões da COBRAV passam a vigorar em todo o Território Nacional, e serão aplicadas, obrigatoriamente, por todo o QNAA.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

**Art. 5º** A COBRAV é constituída por:

- I. Um (1) Presidente nomeado pelo Presidente da CBV, um ex-árbitro internacional, que decide as demandas administrativas e técnicas da arbitragem;
- II. Um (1) Secretário de voleibol de quadra, um árbitro ou ex-árbitro Internacional, Continental e/ou Nacional de quadra;



- III. Um (1) Secretário de voleibol de praia, um árbitro ou ex-árbitro Internacional, Continental e/ou Nacional de praia;
  - IV. Cinco (5) membros do voleibol de quadra, árbitros ou ex-árbitros Internacionais, Continentais e/ou Nacionais de reconhecidos e notórios saber e trabalhos dedicados ao voleibol de quadra, **representando**, sempre que possível, **as respectivas regiões geopolíticas**;
  - V. Cinco (5) membros do voleibol de praia, árbitros ou ex-árbitros Internacionais, Continentais e/ou Nacionais de reconhecidos e notórios saber e trabalhos dedicados ao voleibol de praia, **representando**, sempre que possível, **as respectivas regiões geopolíticas**.
  - VI. Um Assistente disponibilizado para a Unidade da COBRAV na sede da CBV.
- §1º** Todos os integrantes constantes nos incisos I a V são indicados pelo Presidente da COBRAV E HOMOLOGADO PELO PRESIDENTE DA CBV para exercerem um mandato de 04 (quatro) anos, acompanhando a duração de seu mandato, e, por esta função ser de confiança, “poderão ser substituídos” a qualquer momento.
- §2º** As competências e atividades de cada membro da COBRAV são definidas e reguladas por normas internas da CBV e pelo Regimento Interno da COBRAV.
- Art. 6º** São vinculados a CBV/COBRAV:
- I. Quadro Nacional de Árbitros e Apontadores (QNAA);
  - II. Quadro Nacional de Instrutores de Voleibol de Quadra (composto por árbitros e/ou ex-árbitros Internacionais, Continentais e/ou Nacionais de voleibol de quadra), indicados pelo Presidente da COBRAV e ratificados pelo Presidente da CBV;
  - III. Quadro Nacional de Instrutores de Voleibol de Praia (composto por árbitros e/ou ex-árbitros Internacionais, Continentais e/ou Nacionais de voleibol de praia), indicados pelo Presidente da COBRAV e ratificados pelo Presidente da CBV.

### **CAPÍTULO III** **DAS ATRIBUIÇÕES**

- Art. 7º** É de competência da COBRAV:
- I. Aplicar, interpretar, traduzir, esclarecer e difundir as Regras Internacionais de Voleibol de Quadra e de Praia, estabelecendo um padrão nacional de arbitragem;
  - II. Encaminhar instruções aos árbitros e apontadores, através das Federações e/ou publicações;



- III. Organizar e/ou autorizar a realização de Congressos, Cursos, Seminários, Conferências, Atualizações, Avaliações e Clínicas sobre arbitragem e aplicação das regras;
  - IV. Divulgar toda publicação relativa às Regras, suas alterações e aplicá-las em todo Território Nacional;
  - V. Apreciar as consultas, solicitações, sugestões, denúncias ou reclamações, dirigidas por escrito, através das Federações, sobre a interpretação e aplicação das regras, o trabalho e o comportamento dos árbitros ou apontadores, decidindo a respeito.
  
  - VI. Indicar à Presidência da CBV, para aprovação:
    - a) Árbitros para participarem de um curso para candidatos à categoria Continental/Internacional.
    - b) Instrutores para participarem de um curso Internacional.
    - c) Árbitros e ex-árbitros para compor o quadro de instrutores.
    - d) Quando necessário um ex-árbitro Internacional para integrar Comissões de Arbitragem de regras de jogo da CSV e FIVB.
  - VII. Orientar e acompanhar o registro de árbitros e apontadores, no setor de Registro da CBV;
  - VIII. Promover a ascensão ou o descenso funcional e/ou aplicar sanções administrativas aos árbitros e apontadores, de acordo com este Regulamento e Regimento Interno;
  - IX. Indicar e designar árbitros para as competições Nacionais e Internacionais.
  - X. Indicar o coordenador das arbitragens em todas as competições promovidas e/ou dirigidas pela CBV.
  - XI. Analisar e aprovar o trabalho dos árbitros nas diversas competições;
  - XII. Atualizar as Instruções Nacionais de Arbitragem;
  - XIII. Propor ou autorizar a realização de:
    - a) Avaliação para Promoção de Árbitros;
    - b) Atualização das padronizações técnicas e administrativas da arbitragem;
    - c) Autorizar em conjunto com a UCV (Universidade Corporativa do Voleibol), os Cursos de Formação, solicitados pelas Federações e demais interessados.
- Art. 8º** Compete ao Presidente da COBRAV:
- I. Submeter à aprovação do Presidente da CBV todas as deliberações, administrar e gerir as atividades e obrigações da COBRAV;
  - II. Convocar e presidir as reuniões da COBRAV, atendendo a uma Agenda pré-determinada.
  - III. Emitir Comunicados Técnicos e/ou Disciplinares, referentes à arbitragem;



- IV. Representar a CBV, no que se referir à arbitragem, junto às Federações filiadas e entidades Internacionais;
- V. Praticar todas as medidas necessárias para fazer cumprir este Regulamento, os objetivos e o funcionamento da COBRAV;
- VI. Acompanhar os relatórios dos coordenadores de arbitragem de todas as competições realizadas pela CBV;
- VII. Intermediar as ações de arbitragem entre as Federações e a presidência da CBV;
- VIII. Designar comissões temporárias para desempenhar funções e trabalhos pertinentes à arbitragem brasileira, inclusive em jogos e competições supervisionadas ou dirigidas pela CBV;
  
- IX. Analisar o desempenho técnico e disciplinar dos árbitros e apontadores, aplicando aos infratores, sanções administrativas ou encaminhando os relatórios para o S.T.J.D;
- X. Emitir parecer por escrito, sempre que solicitado, a interpretar situações ocorridas em jogos oficiais da CBV que estejam sendo julgados pelo STJD.

**Art. 9** Compete ao Secretário da COBRAV:

- I. Assessorar o presidente em todas as atividades da COBRAV;
- II. Elaborar a ata das reuniões ordinárias e/ou extraordinárias;
- III. Representar o presidente da COBRAV, sempre que se fizer necessário.

**Art. 10** Compete ao Assistente: Secretaria específica

- I. Submeter ao Presidente da COBRAV todas as comunicações e/ou informações;
- II. Dar encaminhamento a todo o expediente da COBRAV;
- III. Produzir toda comunicação necessária;

**Art. 11** Compete:

- I. Aos Membros da COBRAV:
  - a) Participar de suas reuniões, colaborando com críticas e sugestões para o aperfeiçoamento da arbitragem do voleibol Nacional, encaminhando temas e propostas a serem agendados para a reunião anual e/ou extraordinária;
  - b) Atender, quando designado pelo Presidente da COBRAV, o desempenho de tarefas em competições, avaliações e trabalhos pertinentes à arbitragem e COBRAV.
- II. Aos Instrutores:
  - a) Ministras Clínicas, Avaliação para Promoção e Atualização de Voleibol;
  - b) Coordenar as arbitragens nas Competições de Voleibol promovidas pela CBV;
  - c) Fazer avaliações de arbitragem através dos formulários próprios.



- d) Elaborar e enviar a COBRAV relatório da atividade realizada.

## **CAPÍTULO IV**

### **QUADRO NACIONAL DE ÁRBITROS E APONTADORES: DA CONSTITUIÇÃO, PROMOÇÃO E DESCENSO**

**Art. 12** Os árbitros do quadro da CBV são classificados nas seguintes categorias:

- I. REGIONAL (voleibol de quadra e praia)
- II. ASPIRANTE À NACIONAL (voleibol de quadra e praia)
- III. NACIONAL (voleibol de quadra e praia)
- IV. CONTINENTAL (voleibol de quadra e praia)
- V. INTERNACIONAL (voleibol de quadra e praia)

**Art. 13** Os árbitros da categoria Regional de quadra e praia são aqueles aprovados em curso de formação ministradas pelas federações ou pela UCV e tenham cumprido estágio regulamentar de 01 (um) ano em competições regionais comprovado por uma federação.

A solicitação de seu registro será através das Federações no setor de Registro da CBV.

**Parágrafo único** Os registros são efetivados após publicação em nota oficial da CBV.

**Art. 14** A promoção à Aspirante à Nacional, para o voleibol de quadra e praia, obedece aos seguintes pré-requisitos:

- I. Pertencer à categoria Regional de praia e quadra no mínimo há 02 (dois) anos e constar no anexo II (relatório anual de atividades).
- II. Ter sido aprovado na AVALIAÇÃO autorizada pela COBRAV.
- III. A avaliação para Aspirante à Nacional é feita por no mínimo dois (2) Instrutores Nacionais indicados pela COBRAV.
- IV. As despesas de transporte, hospedagem e alimentação, para participar da AVALIAÇÃO, são de responsabilidade do árbitro.

**Parágrafo único** As promoções serão efetivadas após publicação em nota oficial.

**Art. 15** A promoção à categoria Nacional de quadra e praia obedece às seguintes normas:

- I. Pertencer à categoria Aspirante à Nacional de quadra e praia há mais de 2 (dois) anos e constar no anexo II (relatório anual de atividades).
- II. Ter concluído o curso universitário, apresentando o Diploma ou sua cópia autenticada.
- III. Ter sido aprovado em AVALIAÇÃO realizada pela COBRAV.



- IV. A avaliação para Nacional é feita por no mínimo dois (2) Instrutores Nacionais indicados pela COBRAV.
- V. As despesas de transporte, hospedagem e alimentação, para participar da avaliação são de responsabilidade do árbitro.

**Parágrafo único** As promoções serão efetivadas após publicação em nota oficial.

**Art.16 A Promoção à Categoria Nacional de Praia por mérito é determinada:**

- a) **Por solicitação da Federação através de ofício;**
- b) **Ter atuado como oficial de arbitragem regional e aspirante a nacional no mínimo de 20 anos; COM PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES INTERNACIONAIS.**
- c) **Ter sido aprovado em avaliação realizada pela COBRAV;**
- d) Ser aprovada **em reunião da COBRAV através das avaliações recebidas e realizadas, a sua homologação**, pela maioria dos votos da comissão da sua modalidade.

**Art.17** Os árbitros, candidatos ao curso de árbitro Continental/Internacional são indicados pelo presidente da COBRAV e aprovados pelo Presidente da CBV, na forma do Art.7º item VI, Observando-se:

- I. Ser árbitro Nacional e esteja inscrito na FIVB há mais de 03 (três) anos
- II. Ter, no máximo 40 (quarenta) anos, de acordo com o artigo 2.1.3.1, do regulamento esportivo da FIVB;
- III. Ter sido aprovado em prova específica da língua inglesa através de entidade credenciada pela CBV;

**Parágrafo único** As despesas de transporte, hospedagem e alimentação, para participar de curso internacional, são de responsabilidade do árbitro.

**Art. 18** Os Apontadores do Quadro da CBV são classificados nas seguintes categorias:

- I. REGIONAL
- II. ASPIRANTE À NACIONAL
- III. NACIONAL
- IV. ESPECIAL.

**Parágrafo único** As promoções dos apontadores são efetivadas após o cumprimento dos prazos estabelecidos e solicitação oficial de suas Federações.

**Art. 19** A promoção à categoria Aspirante à Nacional obedece à seguinte norma:

- I. Pertencer à categoria Regional, atuando há mais de 2 (anos) anos.

**Art. 20** A promoção à Categoria Nacional obedece à seguinte norma:

- I. Pertencer à categoria Aspirante à Nacional, atuando há mais de 2 (dois) anos.



**Art. 21** A promoção à Categoria Especial obedece à seguinte norma:  
Pertencer à categoria Nacional, atuando há mais de 2 (dois) anos e ter sido aprovado

- I. em competição com prova teórica específica e ter domínio da língua inglesa.  
TER PARTICIPADO DE CAMPEONATO MUNDIAL.

**Art. 22** Do descenso

- I. A COBRAV pode determinar o DESCENSO do árbitro e/ou apontador sempre que o seu desempenho não corresponder à qualidade técnica e/ou disciplinar.
- II. O descenso é determinado:
  - a) Por solicitação da sua Federação através de ofício;
  - b) Em reunião da COBRAV, através das avaliações realizadas;
  - c) Pela ausência do árbitro ou apontador no relatório de atividades anual, enviados pelas federações por 2 anos seguidos.

**Parágrafo único** O árbitro e o apontador, para retornarem a sua categoria anterior, devem cumprir os mesmos prazos de procedimentos da promoção.

## CAPÍTULO V

### DA INCLUSÃO, SUSPENSÃO E EXCLUSÃO DE ÁRBITROS E APONTADORES

**Art. 23** Os registros e as transferências devem ser encaminhados ao setor de REGISTRO da CBV e os documentos abaixo serão arquivados nas federações para eventuais consultas.

- I. Cópia do Diploma do Curso de Formação com os números das notas oficiais da CBV que publicaram a autorização e o resultado do curso.
- II. Estar registrado como árbitro ou apontador na sua Federação há pelo menos 1 (um) ano e constar no RELATÓRIO DE ATIVIDADES do ano anterior a solicitação de Registro.

**Art. 24** As Federações devem remeter à COBRAV o Anexo II - RELATÓRIO DE ATIVIDADES, até o dia 28 de fevereiro de cada ano, referente às atividades dos últimos 12 meses, de todos os seus árbitros e apontadores, inscritos na CBV, inclusive estagiários, diferenciando Voleibol e Voleibol de Praia. Findo o prazo determinado, a ausência deste relatório INABILITA todos os árbitros e apontadores da Federação para as atividades promovidas pela CBV. A normalização se dá a partir do dia do recebimento do relatório.

**Art. 25** O árbitro ou apontador SUSPENSO das atividades na sua Federação, conforme ofício dirigido a COBRAV, discriminando os motivos, estará, pelo mesmo período, automaticamente suspenso do quadro da CBV, ficando impedido de atuar em todo o território nacional.





**Art. 26** Os árbitros nacionais e internacionais, no ano em que completarem 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, serão convidados, a critério da COBRAV, a submeterem-se a avaliação médica, oftalmológica, teórica e prática de acordo com sua categoria e poderão ser certificados a atuarem a nível nacional até os 58 anos. Este processo se repetirá quando os mesmos completarem 58 (cinquenta e oito) anos. Ao final do ano em que completarem 60 (sessenta) anos, árbitros e apontadores terão suas carreiras encerradas na Confederação Brasileira de Voleibol.

## **CAPÍTULO VI DA TRANSFERÊNCIA**

**Art. 27** A Federação de destino solicita ao setor de REGISTRO a transferência do árbitro ou do apontador, com o aval da COBRAV e da Federação de origem.

**Parágrafo único** Não é permitida a transferência quando cumprindo suspensão e/ou decisão de órgão julgador.

## **CAPÍTULO VII DOS DIREITOS E DEVERES**

**Art. 28** A CBV, através da COBRAV, reconhece aos árbitros e apontadores registrados, o direito de atuarem em partidas oficiais ou amistosas de Voleibol, desde que escalados, devendo respeitar o Estatuto, as Resoluções, as Normas e/ou os Regulamentos da CBV e da COBRAV.

**Art. 29** A CBV fornece aos árbitros e aos apontadores a identificação adequada e o escudo oficial da CBV para desempenho de suas funções em partidas oficiais.

**Art. 30** Direitos dos árbitros e dos apontadores da CBV

- I. Ter ressarcimento, pela CBV, das despesas com emissão de vistos necessários ao atendimento a escalas de jogos internacionais oficiais, mediante a comprovação legal até 30 (trinta) após a realização dos mesmos;
- II. Ter transporte pago pela CBV, quando convocados para participarem de competições oficiais nacionais, conforme a discriminação abaixo:
  - a) Para as competições fora de seu Estado, da cidade de sua residência ao local da competição;
    - I. Transporte aéreo, para distâncias acima de 400 km;



- II. Transporte rodoviário, em ônibus leito, para distâncias entre 400 e 700 km;
- III. Transporte rodoviário, em ônibus executivos para as distâncias inferiores a 400 km;

**Parágrafo 1º** Nos casos em que o valor do transporte rodoviário for menor ou igual ao transporte aéreo é facultado ao árbitro ou apontador adquirir o bilhete e solicitar reembolso à COBRAV mediante a apresentação do mesmo até no máximo 30 (trinta) dias após a realização do jogo e/ou competição a que foi escalado.

- III. Ter hospedagem e alimentação fornecidas pela organização da competição.
- IV. Receber taxas de arbitragem ou diárias por sua participação nos eventos realizados pela CBV.
- V. Quando o promotor do evento internacional não efetuar o pagamento de diárias e/ou taxas:
  - a) A CBV pagará diárias aos árbitros, equivalentes em reais a USD 100 (cem dólares), do dia do embarque até o dia de seu retorno.
  - b) A CBV ressarcirá a diferença quando o pagamento for inferior a USD 100 (cem dólares), mediante comprovação de recibo do promotor do evento.
  - c) Ter direito a declaração oficial de participação quando escalado em eventos da CBV para efeito de justificativa profissional, sempre que solicitado.

**Art. 31** Deveres dos árbitros e dos apontadores da CBV

**I. EM COMPETIÇÕES DE QUADRA:**

Apresentar-se no local da competição, com 1 (uma) hora de antecedência.

- a) Homens: vestindo camisa, calça comprida, calçado fechado, barbeados.
- b) Mulheres: camisa ou blusa, calça comprida, calçado fechado, cabelos presos (quando longos), evitar maquiagens e ornamentos exagerados.

**EM COMPETIÇÕES DE PRAIA, OCORRENDO CLÍNICA OU NÃO:**

- a) Homens: Não é permitido o uso de camiseta regata e nem chinelo de dedo (Tipo Havaiana).
- b) Mulheres: Não é permitido roupas ousadas e sensuais, nem chinelo de dedo (Tipo Havaiana).

- II. Manter-se atualizado com as Regras e os Regulamentos oficiais das competições e aplicá-los corretamente, comparecendo a todas as reuniões programadas e aos Congressos Técnicos das competições promovidas pela CBV.
- III. Não emitir, publicamente, opinião contrária à atuação de companheiros de arbitragem ou Resoluções de dirigentes ou órgãos desportivos, sendo vedada sua divulgação aos órgãos de imprensa, em razão de atos praticados no exercício de suas funções.



- IV. Todos os árbitros credenciados pela COBRAV deverão apresentar atestado médico de saúde (acuidade visual, cardiológico e clínica geral) com periodicidade anual. Na falta do atestado, o árbitro estará impossibilitado de ser escalado em competições oficiais da CBV.
- V. Cumprir o que determina o Código de Ética da CBV, no que tange à conduta dos árbitros.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DOS UNIFORMES**

**Art. 32** Os árbitros e apontadores, quando em função, devem trajar:

**I. UNIFORME DE QUADRA:**

Nos jogos e nas competições internacionais, o uniforme e o escudo da FIVB e nos jogos das competições nacionais, uniforme e escudo da CBV.

- a) UNIFORME Nº 1 – VERÃO: Meias e tênis brancos, calça preta com bainha lisa, cinto preto, camisa pólo branca 1/2 manga e escudo da CBV no centro do peito.
- b) UNIFORME Nº 2 – INVERNO: Meias e tênis brancos, calça preta, cinto preto, camisa pólo branca, mangas compridas e escudo da CBV no centro do peito.

**Parágrafo único** A CBV/Cobrav pode adotar um padrão diferente do estabelecido acima.

- II. UNIFORME DE PRAIA: Meias e tênis brancos, bermuda azul e camisa pólo branca com meia manga e escudo da CBV no centro do peito. A autorização para o uso de proteção do sol sobre a cabeça ou agasalho para frio é atribuição da direção do evento.

**Parágrafo único** A CBV/Cobrav pode adotar um padrão diferente do estabelecido acima.

## CAPÍTULO IX

### CURSOS

**Art. 33** O Curso de Formação de Árbitros e Apontadores de Voleibol de Quadra e de Voleibol de Praia são de responsabilidade das Federações Estaduais ou da UCV (Universidade Corporativa do Voleibol). Para seu RECONHECIMENTO OFICIAL E VALIDADE NACIONAL, deve ser solicitado e autorizado pela CBV, através da COBRAV, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através do Anexo IV - SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO.

- I. Com a aprovação no módulo “ON LINE” e módulo presencial (prática), serão entregues, via ambiente virtual, os certificados de conclusão do curso pela UCV. Caso realizado pela Federação Estadual os certificados de conclusão do curso serão de responsabilidade do mesmo. Já o DIPLOMA, após a conclusão de no mínimo 1 (um) ano de estágio, será emitido pela Federação Estadual que o concedeu.
- II. A autorização da UCV, após parecer da COBRAV, deve ser publicada em Nota Oficial.

**Parágrafo único** O número e a data da Nota Oficial que publicar o resultado do curso devem constar no diploma do árbitro ou apontador.

- III. Serão autorizados os Cursos que atendam às normas do Anexo IV SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO e às condições deste Regulamento.

**Art. 34** AVALIAÇÕES:

- I. A critério da CBV/COBRAV, serão promovidas as avaliações nas diversas competições que se fizerem necessárias, utilizando recursos “ON LINE”, semipresenciais ou presenciais.

**Art. 35** Os árbitros e os apontadores registrados na CBV aceitam, na íntegra, todas as condições deste Regulamento, reconhecendo o direito da CBV em encaminhar ao S.T.J.D. os relatórios, súmulas ou qualquer outro documento solicitado.

**Parágrafo único** Nos casos omissos neste Regulamento, serão resolvidos pela CBV/ COBRAV.